



Daniele Chaves Teixeira
Coordenadora

ARQUITETURA DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

3ª edição revista, ampliada e atualizada

Tomo I

Prefácio

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

Área específica
DIREITO CIVIL.

Áreas afins
DIREITO EMPRESARIAL, DIREITO
INTERNACIONAL PRIVADO, DIREITO
PRIVADO, DIREITO TRIBUTÁRIO, SUCESSÕES,
FAMÍLIA, PARTE GERAL, CONTRATOS, REAIS,
EMPRESARIAL, TRIBUTÁRIO E DIPRI.

Público-alvo/Consumidores da obra
ADVOGADOS E PÚBLICO EM GERAL
PREOCUPADOS COM A SUCESSÃO PATRIMONIAL
E EXISTENCIAL.

O título, portanto, diz muito sobre a obra: o profundo estudo do Direito Sucessório e das ferramentas jurídicas hábeis a se construir uma sucessão causa mortis conforme a vontade do autor da herança e das necessidades específicas do caso concreto exprime um verdadeiro arquitetar pelo operador do Direito!

Por essa razão, muito me orgulho por dedicar algumas palavras a esta obra, que alia conhecimentos teóricos com o imperativo prático de instrumentalizar o planejamento sucessório e, assim, conceder aos operadores do Direito subsídios para a mais larga ampliação e aplicação dessas formas de suceder.

Na certeza de que se trata de uma relevante contribuição à doutrina jurídica e com uma imensa utilidade para a aplicação prática, recomendo a leitura desta belíssima obra, projetada com enorme carinho e atenção e executada com a contribuição de competentes juristas, que fizeram deste trabalho um excelente estudo sobre o planejamento sucessório.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 10003432

A772 Arquitetura do planejamento sucessório / Daniele Chaves Teixeira (Coord.). 3. ed. rev. ampl. e atual. – Belo Horizonte : Fórum, 2022.
705p.; 17cm x 24cm

ISBN: 978-65-5518-459-4.

1. Direito Civil. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Privado. 4. Planejamento sucessório. I. Teixeira, Daniele Chaves. II. Título.

CDD: 342.165
CDU: 347.6

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TEIXEIRA, Daniele Chaves (Coord.). *Arquitetura do planejamento sucessório*. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2022. Tomo I. 705p. ISBN 978-65-5518-459-4.

Daniele Chaves Teixeira

Doutora e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora bolsista no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrech, Hamburgo, Alemanha. Especialista em Direito Civil pela Università degli Studi di Camerino, na Itália. Especialista em Direito Privado pela PUC-Rio. Professora de Cursos de Pós-Graduação em Direito. Advogada e Parecerista. Coordenadora da Obra *Arquitetura do Planejamento Sucessório®*, do Congresso *Arquitetura do Planejamento Sucessório®* e do Curso *Planejamento Patrimonial e Sucessório*.

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka	21
APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO	
Daniele Chaves Teixeira	23
APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO	
Daniele Chaves Teixeira	25
APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO	
Daniele Chaves Teixeira	27
PARTE I	
DIREITO DAS SUCESSÕES: NOVAS PERSPECTIVAS E DIREITOS CORRELATOS	
NOÇÕES PRÉVIAS DO DIREITO DAS SUCESSÕES: SOCIEDADE, FUNCIONALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	
Daniele Chaves Teixeira	31
1 Notas introdutórias	31
2 Direito Sucessório brasileiro em descompasso com a sociedade contemporânea	32
2.1 Pilares do Direito das Sucessões: família e propriedade	34
3 A função do Direito das Sucessões hoje	38
4 Planejamento sucessório: relevância e vantagens	42
5 Considerações finais	45
Referências	46
A COLAÇÃO E SEUS REFLEXOS NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	
Alexandre Miranda Oliveira, Ana Carolina Brochado Teixeira	49
1 Introdução	49
2 Notas gerais sobre a colação	50
3 Dos bens sujeitos à colação	54
4 A avaliação dos bens doados e o impacto no planejamento sucessório	57
5 Conclusão	63
NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO	
Ana Carla Harmatiuk Matos, Isabela Hümmelgen	65
1 Introdução	65
2 A histórica desigualdade entre os gêneros no ordenamento jurídico brasileiro	66
3 Mulheres preteridas no planejamento sucessório: as <i>holdings</i> familiares e a preferência pelo herdeiro homem	69
4 Outras possibilidades: o planejamento sucessório como instrumento de tutela das vulnerabilidades	74
5 Conclusão	77
Referências	78
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DA ARBITRAGEM NO DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÓRIO NO BRASIL	
Ana Carolina Beneti, Thiago Rodovalho	81
1 Introdução	81
2 Breve histórico da arbitragem no Brasil	81
3 Arbitragem – Requisitos para a utilização da arbitragem como meio de resolução de controvérsias	85
4 Possibilidades e impossibilidades de arbitragem no Direito de Família e no Direito Sucessório	86

Referências	91
SUCESSÃO E TRIBUTAÇÃO: PERPLEXIDADES E PROPOSIÇÕES EQUITATIVAS	
Daniel Bucar, Caio Ribeiro Pires	93
1 Introdução.....	93
2 Direito das Sucessões e tributação	94
3 A problemática da tributação brasileira no Direito das Sucessões.....	95
3.1 Uma questão preliminar: a morte da <i>saisine</i> pela tributação.....	95
3.2 (Des)igualdade no Brasil e o imposto incidente sobre heranças: um cotejo necessário.....	96
3.2.1 Contributo para a reforma em matéria de tributação sucessória	99
3.2.1.1 Uma questão objetiva: progressividade em razão do monte	100
3.2.1.2 Uma questão subjetiva: progressividade em razão do parentesco	103
3.2.1.3 Isenções funcionalmente substantivas e uma possível ressurreição da <i>saisine</i> ..	105
4 Tributação sobre a herança: visão dos sistemas jurídicos estrangeiros.....	106
4.1 A configuração de paraíso fiscal e o turismo jurídico tributário sucessório.....	108
5 Considerações finais.....	109
Referências	110
PATRIMÔNIO INTERNACIONAL E SUCESSÕES: PERSPECTIVA DO DIREITO BRASILEIRO	
Daniela Trejos Vargas	113
Introdução: a mobilidade das pessoas e do patrimônio	113
I Princípios aplicáveis aos conflitos de leis e de jurisdições em matéria de sucessões	115
II Determinação da jurisdição na sucessão – <i>forum successionis</i>	117
a. Sucessão no exterior com bens no Brasil	120
b. Sucessão no Brasil com bens no exterior	121
c. Partilha extrajudicial nas repartições consulares: impossibilidade.....	122
II A lei aplicável à sucessão.....	123
Lei aplicável à condição de herdeiro.....	125
A aplicação da lei brasileira aos herdeiros brasileiros	127
Aplicação da lei estrangeira e seus limites.....	127
IV A autonomia privada na sucessão testamentária.....	129
a. Testamentos feitos no exterior. Validade e requisitos	129
b. Testamentos feitos no Brasil: cumprimento no exterior.....	133
c. Validade no Brasil de <i>trusts</i> feitos no exterior	134
Conclusões	135
Referências	136
AUTONOMIA PRIVADA E A FLEXIBILIZAÇÃO DOS PACTOS SUCESSÓRIOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
Daniele Chaves Teixeira	137
1 Notas introdutórias	137
2 O direito sucessório brasileiro em descompasso com a sociedade contemporânea.....	138
3 Autonomia privada e sua funcionalização.....	139
4 A flexibilização dos pactos sucessórios	144
5 Considerações finais.....	152
Referências	152
FAZ SENTIDO A PERMANÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE DA LEGÍTIMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO?	
Daniele Chaves Teixeira, Maici Barboza dos Santos Colombo	155
1 Introdução: premissas para a compreensão da legítima na sociedade contemporânea.....	155
2 A legítima no ordenamento jurídico brasileiro em uma perspectiva estrutural.....	159
3 A legítima em perspectiva funcional	161
4 A legítima e a proteção da família na sociedade contemporânea	163
5 Notas conclusivas	167
Referências	168

PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO E TESTAMENTO DIGITAL: A PROTEÇÃO
DINÂMICA DO PATRIMÔNIO VIRTUAL

Gabriel Honorato, Adriano Marteleto Godinho	171
1 Notas introdutórias	171
2 Mundo virtual e a proteção da pessoa entre a privacidade e o patrimônio.....	173
3 O reconhecimento dos bens digitais e suas implicações no acervo hereditário e na vida privada	175
4 O papel do Estado perante os <i>digital assets</i>	180
5 Mecanismos para inclusão da herança digital no planejamento sucessório.....	184
6 Considerações finais.....	188
Referências	189

A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
INTELLECTUAL E/OU PSÍQUICA

Joyceane Bezerra de Menezes, Ana Beatriz Lima Pimentel Lopes	191
Introdução.....	191
1 Aspectos gerais da capacidade testamentária ativa no Brasil.....	192
2 A tomada de decisão apoiada e o exercício do direito de testar.....	197
3 A pessoa curatelada e o direito de testar.....	199
Conclusão.....	202
Referências	203

SUCESSÃO DO EMBRIÃO

Jussara Maria Leal de Meirelles	207
1 Esclarecimentos terminológicos sobre reprodução humana assistida e o art. 1.597 do Código Civil	207
2 Categorias tradicionais e embriões de laboratório	210
3 Opções legislativas: embriões excedentários e transmissão aos seres concebidos à época da abertura da sucessão	212
4 Seres ainda não concebidos: a concepção <i>post mortem</i>	215
5 Considerações finais.....	218
Referências	219

TRATAMENTO JURÍDICO DO CONTEÚDO DISPOSTO NA INTERNET APÓS A
MORTE DO USUÁRIO E A DENOMINADA HERANÇA DIGITAL

Livia Teixeira Leal	221
1 Morte e luto na Internet: como a rede reconfigura a experiência da morte.....	221
2 Os projetos de lei sobre o tema e seus equívocos.....	225
3 A superação do paradigma da herança digital e a necessária distinção entre situações jurídicas patrimoniais e existenciais	229
4 Considerações finais.....	234
Referências	235

O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO COLOCADO EM XEQUE: AFINAL, O
COMPANHEIRO É HERDEIRO NECESSÁRIO?

Luciana Pedroso Xavier, Marília Pedroso Xavier	237
1 Introdução.....	237
2 O planejamento sucessório e a ética precedentalista.....	239
3 A declaração de inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil.....	241
4 Considerações finais: é possível juridicamente e desejável afirmar que o companheiro seja herdeiro necessário?	248
Referências	254

A VULNERABILIDADE, A SOLIDARIEDADE FAMILIAR E A AFETIVIDADE
COMO CRITÉRIOS PARA O RECONHECIMENTO DO HERDEIRO NECESSÁRIO
NA SUCESSÃO LEGÍTIMA

Régis Gurgel do Amaral Jereissati	257
1 Introdução.....	257
2 Família sob a égide da Constituição Federal de 1988.....	258
2.1 Igualdade como fundamento da família democrática	259
2.2 Afetividade como elemento constitutivo da família	264
2.3 Liberdade de realização dos planos pessoais	267

2.4	Solidariedade como dever de cuidado dentro e fora da entidade familiar.....	268
3	Legítima no direito sucessório.....	271
3.1	Solidariedade familiar, afetividade e vulnerabilidade como critérios de identificação do perfil funcional da legítima.....	273
4	Conclusão.....	282
	Referências	283

PROJEÇÕES SUCESSÓRIAS DA MULTIPARENTALIDADE

Ricardo Calderón, Camila Grubert	287	
1	Introdução.....	287
2	Multiparentalidade no direito brasileiro.....	287
3	Efeitos sucessórios da multiparentalidade.....	289
3.1	Direito de herança do filho em relação aos seus múltiplos ascendentes.....	289
3.2	Direito de herança dos múltiplos ascendentes em relação ao filho	291
3.3	Descendência genética <i>versus</i> filiação	294
3.4	Ações abusivas	295
4	Considerações finais.....	297
	Referências	299

PARTE II SITUAÇÕES PATOLÓGICAS

SOBRE A INVALIDADE DA PARTILHA FEITA EM VIDA E A NECESSIDADE DE REVISITAR O TEXTO DO ART. 2.018 DO CÓDIGO CIVIL

André Luiz Arnt Ramos	303
Referências	311

PERFIL DINÂMICO DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO E SUAS APLICAÇÕES AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Eduardo Nunes de Souza	313	
1	Introdução.....	313
2	Perfil funcional das invalidades negociais no direito civil contemporâneo.....	316
3	Conservação do negócio jurídico e planejamento sucessório	321
4	Requisitos formais, segurança jurídica e planejamento sucessório.....	326
5	Intangibilidade da legítima e vedação aos pactos sucessórios: fundamentos valorativos e perspectivas em matéria de invalidade negocial.....	333
6	Conclusão.....	340

FRAUDES NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Mário Luiz Delgado, Jânio Urbano Marinho Júnior	343	
1	Considerações iniciais	343
2	Aspectos gerais do planejamento sucessório.....	344
3	Limites ao planejamento sucessório.....	347
3.1	A legítima e sua intangibilidade.....	347
3.2	Mecanismos de proteção da legítima.....	349
4	Atos fraudulentos, simulados e abusivos: ultrapassando os limites do planejamento sucessório.....	353
4.1	Simulação e planejamento sucessório.....	355
4.2	Integralização de capital social em fraude à legítima	356
4.3	Doação e venda de cotas sociais com objetivo de beneficiar determinados herdeiros	357
4.4	Pactos sucessórios e fraude à lei	358
4.5	<i>Trust</i> e fraude à legítima	359
4.6	Plano de previdência privada e seguro de vida	362
4.7	Fraude e evasão fiscal.....	364
5	Notas conclusivas	365
	Referências	366

PESSOA JURÍDICA E PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: O RISCO DA DESCONSIDERAÇÃO

Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri	369	
1	Introdução.....	369

2	Arranjos societários e planejamento sucessório	370
3	A desconsideração no Brasil e o incidente de desconsideração.....	371
4	Planejamento sucessório e a desconsideração inversa	374
5	Conclusão.....	377
	Referências	378

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO DAS SUCESSÕES

Rolf Madaleno	379
1 Herdeiros necessários	379
2 Proteção da legítima.....	381
3 Colaço	381
4 Redução da legítima.....	383
5 Abuso do direito, fraude sucessória e ordem pública.....	384
6 A desconsideração da personalidade jurídica na sucessão legítima.....	387
7 Sua manifestação processual.....	394
8 Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica	396
Referências	397

PARTE III INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

PERSPECTIVAS PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Ana Luiza Maia Nevares	401
1 Planejar a sucessão hereditária	401
2 A legítima e sua pertinência atual.....	402
3 Instrumentos para o planejamento sucessório: breve revista	406
4 Perspectivas para o planejamento sucessório	409
4.1 Cláusulas testamentárias	410
4.2 Partilha em vida	411
4.3 Proteção de sucessores incapazes.....	415
5 Conclusão.....	416

SEGURO DE VIDA NA APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Angélica Carlini	419
1 Introdução.....	419
2 Seguros de pessoas – definição e modalidades.....	420
3 Aspectos relevantes dos seguros de pessoas no planejamento sucessório	423
4 Conclusão.....	430
Referências	431

O USUFRUTO COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Daniela de Carvalho Mucilo	433
Introdução.....	433
1 Definição e características do usufruto.....	434
2 Usufruto convencional e usufruto legal	436
3 O caráter personalíssimo do usufruto	438
4 O usufruto e o planejamento sucessório	438
4.1 O beneficiário do usufruto	440
4.2 A elasticidade do usufruto	441
4.3 O usufruto conjunto ou simultâneo	441
4.4 O direito de crescer no usufruto.....	442
4.5 O usufruto legal em favor de filho menor	443
4.6 A doação com reserva de usufruto.....	445
4.7 Direitos e deveres do usufrutuário. A posse do usufrutuário	445
5 Conclusão.....	447
Referências	448

PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: CONCEITO, MECANISMOS E LIMITAÇÕES

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Flávio Tartuce	449
1 Conceito de planejamento sucessório e alguns de seus mecanismos	449

2	Das duas “regras de ouro” do planejamento sucessório	450
3	Mecanismos tradicionais para a efetivação do planejamento sucessório.....	457
4	Novos mecanismos para a efetivação do planejamento sucessório	462
	Referências	465
SUCESSÃO E CLÁUSULAS RESTRITIVAS		
	Eroulths Cortiano Junior	467
	Referências	478
O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO DA HERANÇA DIGITAL		
	Guilherme Magalhães Martins, José Luiz de Moura Faleiros Júnior	481
1	Introdução.....	481
2	Os bens digitais (<i>digital assets</i>) na sociedade da informação	482
2.1	A propriedade dos bens digitais e sua aptidão à formação do espólio	484
2.2	A tutela das situações jurídicas existenciais	486
3	Proposições para a garantia da viabilidade sucessória do patrimônio digital..	491
3.1	Privacidade e intimidade no contraponto ao direito à herança.....	494
3.2	Os Projetos de Lei nºs 4.099/2012 e 4.847/2012	497
4	O planejamento sucessório da herança digital.....	498
5	Considerações finais.....	503
	Referências	503
PARTILHA EM VIDA COMO FORMA DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO		
	Heloisa Helena Barboza, Vitor Almeida	509
	Aspectos introdutórios: o “estado da arte” do planejamento sucessório no Brasil	509
1	Sucessão <i>causa mortis</i> e disciplina jurídica da partilha em vida.....	511
2	Construção histórica e natureza jurídica do contrato de partilha em vida.....	512
3	Características da partilha em vida.....	519
4	Validade da partilha em vida.....	520
5	A partilha em vida como instrumento de planejamento sucessório.....	523
CONTRATO DE DOAÇÃO E TESTAMENTO COMO FORMAS DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO		
	José Fernando Simão	525
I	Introdução.....	525
II	Natureza jurídica	526
a)	Contrato de doação.....	526
b)	Testamento	528
III	Entre o presente e o futuro: testar ou doar?.....	529
a)	Contrato de doação.....	529
b)	Testamento	531
IV	Questões financeiras a serem consideradas.....	532
a)	Pagamento do imposto	532
b)	Custas judiciais ou emolumentos do tabelionato	533
V	Questões práticas e jurídicas	534
a)	Desrespeito à legítima por meio de doação e de testamento	534
b)	Doação de todos os bens com reserva de usufruto. Dever de aconselhar.....	536
VI	Nota conclusiva.....	537
	Referências	540
A INSTITUIÇÃO TESTAMENTÁRIA DE FUNDAÇÃO COMO ALTERNATIVA PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO		
	Marcos Ehrhardt Júnior, Gustavo Henrique Baptista Andrade	541
	Introdução.....	541
1	Autonomia privada e legítima no Direito Sucessório: necessidade de repensar seus limites	542
2	A disciplina das fundações no Código Civil	545
3	Testamento, fundações e o Poder Judiciário.....	548
	Considerações finais.....	550
	Referências	550

TRUST

Milena Donato Oliva	553
1 Introdução: noções gerais sobre o <i>trust</i>	553
2 Separação patrimonial e titularidade fiduciária: elementos essenciais do <i>trust</i>	555
3 Vantagens da incorporação do <i>trust</i> no Direito brasileiro. Alguns exemplos ...	558
3.1 O <i>trust</i> como importante instrumento protetivo ao lado da tutela	559
3.2 O <i>trust</i> e as diretivas antecipadas	562
3.3 O <i>trust</i> e as cláusulas de incomunicabilidade, inalienabilidade e impenhorabilidade	563
4 Conclusão.....	566
Referências	567

O PACTO PARASSOCIAL COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Nelly Potter	571
1 Situando a questão.....	571
2 Pacto parassocial: acordo de acionistas ou de sócios.....	573
3 A sucessão no pacto parassocial.....	575
4 O pacto e os herdeiros.....	578
5 Os terceiros	580
6 O pacto parassocial e o princípio da manutenção da empresa.....	580
7 Conclusão.....	581
Referências	582

AS QUOTAS PREFERENCIAIS NA SOCIEDADE LIMITADA COMO INSTRUMENTO PARA O PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Oksandro Gonçalves, Anelize Pantaleão Puccini Caminha	583
1 Introdução.....	583
2 A sociedade limitada no direito brasileiro.....	584
2.1 A sociedade limitada no Código Civil.....	584
3 A discussão doutrinária em torno das quotas preferenciais	586
4 As Instruções Normativas n ^{os} 38 e 81 do DREI.....	588
4.1 A liberdade contratual e a regência supletiva das sociedades simples e das sociedades anônimas.....	589
4.2 A possibilidade de instituição de quotas com direitos diferenciados.....	592
4.3 As quotas preferenciais e sua utilidade para o planejamento sucessório	593
5 Conclusões	597
Referências	598

PARTILHA DA LEGÍTIMA POR MEIO DE TESTAMENTO

Renata Vilela Multedo, Rose Melo Vencelau Meireles	601
Introdução.....	601
1 A partilha-testamento e suas vantagens.....	602
2 Igualdade quantitativa e qualitativa na partilha-testamento	604
Considerações finais.....	609

A DILUIÇÃO NO QUADRO SOCIETÁRIO DE PESSOA JURÍDICA E A SUCESSÃO

Roberto Salles Lopes	611
1 Aspectos societários	613
2 Aspectos tributários.....	618
a) Para a sociedade investida – a reserva de ágio.....	619
b) Para os sócios “diluídos” – os ganhos ou perdas por variação de percentual de participação	621
c) Para o investidor pessoa jurídica – o ágio (<i>goodwill</i>) ou deságio (ganho por compra vantajosa).....	623
d) Para o investidor pessoa física – o cuidado necessário com um potencial deságio ou ganho de capital.....	624
3 Conclusão.....	628

REFLEXÕES SOBRE *HOLDING* FAMILIAR NO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann, Valter Tremarin Junior	631
1 Considerações introdutórias	631

2	Objetivos do planejamento sucessório em empresas familiares.....	632
2.1	Organização familiar visando à perpetuidade do patrimônio	632
2.2	Eficiência tributária (?).....	639
3	Alguns aspectos tributários do planejamento sucessório.....	640
3.1	Integralização de capital em <i>holding</i> familiar	641
3.2	Tributação em <i>holding</i> familiar.....	646
4	Considerações finais.....	649
	Referências	651

A PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA COMO INSTRUMENTO AO PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO

	Viviane Girardi, Luana Maniero Moreira	653
1	Introdução.....	653
2	Principais diferenças entre a previdência privada, a previdência oficial e o seguro privado	655
3	Natureza jurídica do instituto da previdência privada.....	656
4	Principais características da previdência privada aberta.....	657
5	Produtos de natureza previdenciária e produtos de natureza securitária.....	659
6	Principais planos de previdência privada aberta.....	659
7	Planos de natureza securitária com cobertura de sobrevivência	660
8	A previdência privada aberta como instrumento ao planejamento sucessório	662
9	As problemáticas envolvendo a previdência privada como instrumento ao planejamento sucessório.....	664
	Conclusão.....	667
	Referências	668

DO TESTAMENTO PARTICULAR

	Zeno Veloso	669
--	--------------------------	-----

ALGUMAS FERRAMENTAS JURÍDICAS UTILIZADAS EM UM PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: SEGURO DE VIDA, DOAÇÃO E FUNDO DE RENDIMENTO

	Daniele Chaves Teixeira	683
1	Notas introdutórias	683
2	Seguro de vida.....	684
3	Doação	686
3.1	Institutos afins: usufruto e partilha em vida	689
4	Fundo de rendimento.....	693
5	Conclusão.....	696
	Referências	697

	SOBRE OS AUTORES.....	699
--	-----------------------	-----

Adriano Marteleto Godinho

Professor de Direito Civil do curso de Direito da Universidade Federal da Paraíba. Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado) do Centro de Ciências Jurídicas da UFPB. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade de Lisboa. Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Alexandre Miranda Oliveira

Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Deusto-Bilbao, na Espanha. Professor de Direito Processual Civil da PUC Minas. Advogado. Membro da Comissão de Direito das Sucessões da OAB/MG.

Ana Beatriz Lima Pimentel Lopes

Doutoranda em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito Público – Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Direito Privado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora de Direito Civil do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS).

Ana Carla Harmatiuk Matos

Vice-Presidente do IBDCIVIL. Vice-Coordenadora Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da UFPR. Diretora Regional Sul do IBDFAM. Professora de Direito Civil e de Direitos Humanos. Mestre e Doutora em Direito pela UFPR. Mestre em Derecho Humano pela Universidad Internacional de Andalucía, na Espanha. Tutora in Diritto na Università di Pisa, na Itália. Autora de livros e artigos. Advogada.

Ana Carolina Beneti

Advogada, com atuação como árbitra, com experiência em arbitragens internacionais e nacionais, casos de ADR e contencioso relacionado à arbitragem em diversas áreas de Direito Civil e Comercial. LL.M. pela London School of Economics and Political Science – LSE (University of London), com especialização em Arbitragem Internacional e Processo Civil (The British Council Scholarship – Chevening Award). Doutoranda em Direito Internacional Privado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora (*guest*) do Max Planck Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht, na Alemanha. Diretora de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC).

Ana Carolina Brochado Teixeira

Doutora em Direito Civil pela UERJ. Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Direito Civil pela Scuola di Diritto Civile – Camerino, na Itália. Professora de Direito Civil do Centro Universitário UNA. Coordenadora Editorial da *RBDCivil*. Advogada.

Ana Luiza Maia Nevares

Doutora e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Professora de Direito Civil da PUC-Rio. Coordenadora do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* de Direito das Famílias e das Sucessões da PUC-Rio. Membro do IBDFAM, do IBDCIVIL e do IAB. Advogada.

André Luiz Arnt Ramos

Doutorando e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador visitante junto ao Instituto Max Planck para Direito Comparado e Internacional Privado. Membro do Grupo de Pesquisa Virada de Copérnico, associado ao Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e ao Instituto dos Advogados do Paraná (IAP). Professor de Direito Civil na Universidade Positivo. Advogado em Curitiba.

Anelize Pantaleão Puccini Caminha

Professora da UniDomBosco. Mestre em Direito pela UFRGS. Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Advogada. *E-mail*: anelize@caminhaadvogados.com.br.

Angélica Carlini

Pós-Doutora em Direito Constitucional. Doutora em Direito Político e Econômico (2012 – Universidade Presbiteriana Mackenzie). Doutora em Educação (2006 – PUC-SP). Mestre em Direito Civil (2002 – Universidade Paulista – UNIP). Mestre em História Contemporânea (1992 – PUC-SP). Graduada em Direito (1982 – PUC-SP). Docente do curso de Direito da UNIP. Professora convidada do PPG em Administração da UNIP. Professora da Pós-Graduação da Escola Paulista de Direito – EPD e da Escola Nacional de Seguros.

Caio Ribeiro Pires

Mestrando em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Advogado.

Camila Grubert

Especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Graduada em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR – Grupo Virada de Copérnico). Membro Coordenador da Comissão de Direito de Família da OAB/PR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP). Advogada certificada pelo portal www.testamentovital.com.br para prestar consultoria a pessoas que desejam fazer testamento vital. Atualmente é advogada no Escritório Pedrosa Xavier Advogados Associados. Tem experiência na área de Direito Civil, com ênfase em Direito das Famílias e Direito das Sucessões.

Daniel Bucar

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Especialista em Direito Civil na Università degli Studi di Camerino. Pesquisador visitante do Max Planck Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht, na Alemanha. Professor de Direito Civil no IBMEC/RJ. Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro.

Daniela de Carvalho Mucilo

Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito Civil pela Scuola di Specializzazione in Diritto Civile pela Università degli Studi di Camerino, na Itália. Professora de Direito Civil e Coordenadora da Pós-Graduação em Direito de Família e das Sucessões da Faculdade de Direito do Sul de Minas (FDSM/MG). Coordenadora adjunta da Pós-Graduação em Direito de Família na Faculdade Damásio. Advogada.

Daniela Trejos Vargas

Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Coordenadora Central de Graduação da PUC-Rio (Pró-Reitora de Graduação). Professora no Departamento de Direito da PUC-Rio.

Daniele Chaves Teixeira

Doutora e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora bolsista no Max Planck Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht, na Alemanha. Especialista em Direito Civil pela Università degli Studi di Camerino, na Itália. Especialista em Direito Privado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora de cursos de pós-graduação de Direito. Advogada e Parecerista.

Eduardo Nunes de Souza

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto de Direito Civil da Faculdade de Direito da UERJ.

Eroulths Cortiano Junior

Doutor em Direito. Professor da UFPR. Associado do IBDCIVIL, do IBDFAM e do IBERC. Líder do Núcleo de Pesquisas em Direito Civil-Constitucional do PPGD/UFPR – Grupo Virada de Copérnico. Procurador do Estado do Paraná. Advogado em Curitiba.

Flávio Tartuce

Doutor em Direito Civil e Graduado pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado e Especialista em Direito Contratual pela PUC-SP. Professor Titular permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado da Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Coordenador e Professor dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Escola Paulista de Direito (EPD, São Paulo). Patrono do curso *on-line* de Direito Negocial e Imobiliário da Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Autor, entre outras obras, da coleção *Direito civil*, em seis volumes, pela GEN/Forense. Advogado, Consultor Jurídico, Parecerista e Árbitro.

Gabriel Honorato de Carvalho

Mestre em Direito Econômico pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-Graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Escola Superior da Advocacia, Seccional Paraíba. Advogado, Consultor Jurídico, Sócio do Escritório Honorato Advogados.

Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka

Professora Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Doutora e Livre-Docente pela Faculdade de Direito da USP. Coordenadora Titular e Professora Titular do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Civil da Escola Paulista de Direito (EPD). Patronesse do curso *on-line* de Direito de Família e Sucessões da Escola Brasileira de Direito (EBRADI). Autora de diversas obras. Palestrante e Conferencista no Brasil e no exterior. Advogada, Árbitra, Consultora Jurídica e Parecerista.

Gustavo Henrique Baptista Andrade

Pós-Doutorado em Direito Civil pela UERJ. Mestre e Doutor pela UFPE. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Historicidade e Relatividade do Direito Civil (UERJ). Pesquisador visitante do Max Planck Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht, na Alemanha. Procurador do Município do Recife.

Guilherme Magalhães Martins

Promotor de Justiça titular da 5ª Promotoria de Tutela Coletiva do Consumidor da Capital, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Professor adjunto de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Ex-Professor visitante do Mestrado em Direito da Faculdade de Direito da UERJ. Membro honorário do Instituto dos Advogados Brasileiros, junto à Comissão de Direito do Consumidor. Professor adjunto (licenciado) de Direito Civil da Universidade Cândido Mendes – Centro. Professor dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UERJ, PUC-Rio, EMERJ, INSPER, Damásio de Jesus, Universidade Cândido Mendes, UFRGS e UFJF. Diretor do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon).

Helois Helena Barboza

Professora Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutora em Direito pela UERJ e em Ciências pela ENSP/FIOCRUZ. Procuradora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (aposentada). Advogada.

Isabela Hümmelgen

Mestre em Women's and Gender Studies na University of York, pelo Programa Erasmus Mundus GEMMA. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional – Virada de Copérnico. Advogada.

Jânio Urbano Marinho Júnior

Defensor Público Federal. Mestre em Direito pela FADISP.

José Fernando Simão

Livre-Docente, Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Professor associado do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da USP. Advogado em São Paulo.

José Luiz de Moura Faleiros Júnior

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Direito Processual Civil, Direito Civil e Empresarial, Direito Digital e *Compliance* pela Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus (FDDJ). Participou de curso de extensão em Direito Digital da University of Chicago. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor de cursos preparatórios para a prática advocatícia. Pesquisador do Grupo de Estudos em Direito Digital da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Autor de obras e artigos dedicados ao estudo do direito e às suas interações com a tecnologia. Advogado.

Joyceane Bezerra de Menezes

Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Professora titular do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito (Mestrado/Doutorado) da Universidade de Fortaleza, na disciplina de Direitos de Personalidade. Professora adjunta da Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq: Direito Constitucional nas Relações Privadas.

Jussara Maria Leal de Meirelles

Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná, com Mestrado e Doutorado em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Pós-Doutora pelo Centro de Direito Biomédico da Universidade de Coimbra. Professora Titular de Direito Civil da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Socioambiental (Mestrado e Doutorado) e do Programa de Pós-Graduação em Bioética (Mestrado), da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Procuradora Federal aposentada.

Livia Teixeira Leal

Doutoranda e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Graduada pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Professora convidada da PUC-Rio, da EMERJ e da ESAP. Assessora no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Luana Maniero Moreira

Especialista em Direito de Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Associada da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). Advogada.

Luciana Pedroso Xavier

Professora da Graduação da Faculdade de Direito da UFPR. Doutora e Mestre em Direito Civil pela UFPR. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT. Advogada. Contato: luciana@pxadvogados.com.br.

Maici Barboza dos Santos Colombo

Doutoranda em Direito Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre e Especialista em Direito Civil Constitucional pela Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Substituta de Direito Civil da Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). Advogada.

Marcos Ehrhardt Jr.

Doutor pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor de Direito Civil da UFAL. Professor de Direito Civil e Direito do Consumidor do Centro Universitário CESMAC. Pesquisador visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Líder do Grupo de Pesquisa Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa Constitucionalização das Relações Privadas (CONREP/UFPE). Editor da *Revista Fórum de Direito Civil* (RFDC). Diretor Nordeste do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCVIL). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil (IBERC). Advogado.

Marília Pedroso Xavier

Professora da Graduação e da Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de Direito da UFPR. Doutora em Direito Civil pela USP. Mestre e Graduada em Direito pela UFPR. Coordenadora de Direito Privado da Escola Superior de Advocacia do Paraná. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT. Advogada. Contato: marilia@pxadvogados.com.br.

Mário Luiz Delgado

Doutor em Direito Civil pela USP. Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC-SP. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor titular da Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo (FADISP). Professor de Direito Civil na Escola Paulista de Direito (EPD). Diretor do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP). Presidente da Comissão de Assuntos Legislativos do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC) e do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro (IDCLB).

Milena Donato Oliva

Professora do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora do programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UERJ. Doutora e Mestre em Direito Civil pela UERJ. Advogada sócia do Escritório Gustavo Tepedino Advogados.

Nelly Potter

Doutora em Direito Civil pela UERJ/RJ. Mestre em Direito Civil (UERJ/RJ). Mestre em Direito Público (UCAM/RJ). Especialista em Contratos FGV. Especialista em contratos empresariais pela Universidade de Colônia, na Alemanha. Professora de Direito Empresarial. Consultora de Direito Empresarial e Societário.

Oksandro Gonçalves

Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com bolsa CAPES. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Advogado. *E-mail*: oksandro.goncalves@pucpr.br.

Régis Gurgel do Amaral Jereissati

Mestre em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Especialista em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Professor da Universidade de Fortaleza – UNIFOR e do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Defensor Público do Estado do Ceará. Secretário Executivo da Controladoria Geral de Disciplina do Estado do Ceará. *E-mail*: regisjereissati@yahoo.com.br.

Renata Vilela Multedo

Professora Titular de Direito Civil do Grupo IBMEC. Professora dos cursos de pós-graduação da PUC-Rio. Doutora e mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). MBA em administração de empresas pela PUC-Rio. Advogada e Mediadora.

Ricardo Calderón

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pós-Graduado em Teoria Geral do Direito e em Direito Processual Civil. Coordenador da Especialização em Direito das Famílias e Sucessões da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Professor de diversos cursos de Graduação e Pós-Graduação. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR – Grupo Virada de Copérnico). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Contratual (IBDCONT). Membro Coordenador da Comissão de Direito de Família da OAB/PR. Membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB/PR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP). Sócio do Escritório Calderón Advogados, em Curitiba.

Roberto Salles Lopes

Formado em Direito pela PUC Minas. Mestre em Direito Público pela UERJ. Doutor em Direito Tributário pela UFMG. Sócio de Fialho Salles Advogados. Atua em planejamento, consultoria tributária e fiscal e contencioso tributário, tendo iniciado sua carreira em empresas de auditoria e consultoria. Professor e instrutor de cursos diversos na área de tributação, no Brasil e no exterior.

Rolf Madaleno

Advogado nas áreas de Direito de Família e Direito das Sucessões. Diretor Nacional e Cofundador do IBDFAM. Conselheiro estadual da OAB/RS. Foi Professor na Graduação e Pós-Graduação da PUCRS. Autor do *Direito de família*, 8ª edição, e *Manual de direito de família*, 2ª edição, pela ed. Forense.

Rose Melo Vencelau Meireles

Doutora em Direito Civil. Professora de Direito Civil da UERJ. Procuradora. Advogada e Mediadora. Membro do IBDCIVIL e IBDFAM. Presidente da Comissão Especial de Direito de Órfãos e Sucessões (CDOS) – OAB/RJ

Sergio Marcos Carvalho de Ávila Negri

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor adjunto do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito e Inovação da Faculdade de Direito da UFJF.

Simone Tassinari Cardoso Fleischmann

Professora do Mestrado, Doutorado e Graduação da UFRGS. Advogada, Mediadora de Conflitos, atua na área de Planejamento Sucessório, sendo responsável pelo Projeto de Pesquisa Família, Sucessões, Mediação de Conflitos e Empresas. Coordenadora do grupo de pesquisa em Direito de Família e Sucessões da UFRGS. Mestre e Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Secretária adjunta do Instituto Brasileiro de Direito de Família/RS.

Thiago Rodovalho

Professor-Doutor da Unimar (Universidade de Marília) e da PUC-Campinas. Professor convidado da Pós-Graduação *Lato Sensu* do Mackenzie (São Paulo e Campinas) e da Toledo Prudente. Doutor e Mestre em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com estágio pós-doutoral no Max Planck Institut für Ausländisches und Internationales Privatrecht, na Alemanha. Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), do Instituto de Direito Privado (IDP), do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil (IBDP), e do Centro de Estudos Avançados de Processo (CEAPRO). Sócio de Rodovalho Feitosa Vollet Advogados.

Valter Tremarin Júnior

Bacharel em Direito pela UFRGS. Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Mestrando em Direito Tributário pela UFRGS. Sócio integrante da área de Direito Tributário e Aduaneiro do Escritório Souto, Correa, Cesa, Lummertz & Amaral Advogados (Souto Correa). Possui experiência em consultivo e em contencioso tributário e aduaneiro. Entre os clientes aos quais atende, estão indústrias da área de tecnologia, petroquímica, construção civil e energia elétrica. Possui trabalhos publicados voltados especificamente ao Direito Tributário e Aduaneiro no Brasil e no exterior, além de haver ministrado aulas em universidades e participado de diversos cursos nessas áreas. Associado à Câmara de Comércio Americana (AMCHAM/RS) e à Câmara Brasil-Alemanha (AHK).

Vitor Almeida

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto de Direito Civil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ITR/UFRRJ). Professor dos cursos de Especialização do CEPED-UERJ e EMERJ. Professor convidado da Escola Superior de Advocacia Pública da PGE-RJ. Advogado.

Viviane Girardi

Doutora pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Direito Civil pela Universidade de Camerino, na Itália. Autora de trabalhos especializados em Direito de Família e Sucessões. Membro do IBDFAM e do IBDCIVIL. Ex-Presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). Advogada.

Zeno Veloso

Professor de Direito Civil e de Direito Constitucional aplicado na Universidade Federal do Pará (aposentado) e na Universidade da Amazônia. Doutor *Honoris Causa* da Universidade da Amazônia. Notório Saber reconhecido pela Universidade Federal do Pará. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil, do Instituto Brasileiro de Direito Civil e da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Diretor nacional e membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Membro da comissão de professores que assessorou o Deputado Ricardo Fiuza, Relator-Geral do Projeto de Código Civil. Autor de vários livros jurídicos, especialmente de Direito Civil e de Direito Constitucional. Parecerista.